

Ulysses é acusado de engavetar prerrogativas

O ex-deputado Flávio Marçilo (PDS-CE), que presidiu a Câmara em três legislaturas diferentes, acusou ontem o deputado Ulysses Guimarães, atual presidente daquela Casa, da Constituinte e do PMDB, de ter engavetado uma proposta de emenda constitucional, concluída no início de 86 por uma comissão interpartidária, restabelecendo a plenitude das prerrogativas parlamentares.

A denúncia foi feita por Marçilo durante depoimento perante a Subcomissão do Poder Legislativo, à qual compareceu ontem à tarde em companhia dos ex-deputados Nelson Marchezan (RS) e Célio Borja (RJ), ambos ex-presidentes da Câmara. Os três fizeram emocionada defesa do Congresso, que teria sido vítima, na opinião do deputado cearense, de "evidente má vontade"

por parte dos governos militares.

SOBERANIA
Ao apontar o Legislativo como "a mais alta expressão da soberania nacional", o ex-deputado Flávio Marçilo lembrou a luta que empreendeu junto com o falecido Djalma Maranhão e o hoje ministro do STF Célio Borja em torno da devolução das prerrogativas parlamentares. Segundo revelou, o grande obstáculo à aprovação da matéria foi a proposta de inversão do decurso de prazo, que passaria a rejeitar projetos em lugar de aprová-los sem votação.

"A liderança do Governo manobrou como pôde para evitar a modificação daquele instrumento. E conseguiu. Uma das coisas mais triste que vi na vida foi os parlamentares da Arena votando contra seus próprios poderes", recordou Marçilo.

A questão das prerrogati-

vas voltaria a ser debatida em 85, logo após a eleição de Ulysses Guimarães para presidente da Câmara. Como prometera durante a sua campanha, o atual dirigente daquela Casa instalou uma comissão interpartidária para elaborar a emenda que devolveria os poderes do Congresso. Um ano mais tarde, a proposta ficou pronta mas, segundo Marçilo, "nunca foi encaminhada ao plenário por Ulysses".

COMISSÕES
Já o ex-deputado Nelson Marchezan defendeu o fortalecimento das comissões técnicas da Câmara, que a seu ver devem ser divididas em subcomissões e especializadas em temas mais específicos. Ele também fez uma emocionada defesa do Legislativo, que apontou como o poder mais democrático, e por isto mesmo mais exposto a críticas.

Para o ex-deputado gaúcho, o Congresso não pode abrir mão daquela que é a sua principal atribuição: controlar o Poder Executivo. Da mesma forma, deve aparelhar-se para impedir que argumentos como a morosidade terminem por transferir suas atribuições para órgãos como o Conselho Monetário Nacional.

INVOLABILIDADE
A inscrição, "expressa e exaustiva", na Constituição dos princípios da inviolabilidade e da imunidade parlamentares foi defendida pelo ex-deputado Célio Borja, perante a subcomissão.

Para permitir uma "maior flexibilidade" às comissões técnicas, contudo, ele recusa o detalhamento sobre o funcionamento daqueles órgãos técnicos na nova Carta Magna, "onde deve ficar clara apenas a extensão de seus poderes".

Informática não deve invadir privacidade

O Movimento Brasil Informático entregou ontem aos constituintes de quatro subcomissões proposta para uma nova Constituição. Endereçada às Subcomissões de Direitos e Garantias Individuais, dos Princípios Gerais da Ordem Econômica, da Ciência e Tecnologia e Comunicações e da Ordem Social e dos Direitos dos Trabalhadores, a proposta do MBI aborda aspectos ligados ao desenvolvimento e aos reflexos da informática na sociedade brasileira, estabelecendo mecanismos de defesa do cidadão contra o uso indiscriminado de informações a seu respeito e definindo mercado interno como patrimônio nacional, entre outros aspectos.

No capítulo referente a garantias e direitos individuais, a proposta estabelece que o uso da informática será limitado no sentido de garantir a privacidade do cidadão e o pleno exercício de seus direitos, fixando que nenhum cidadão pode ser obrigado a fornecer dados sobre suas convicções políticas e filosóficas, e vedando a interconexão de

arquivos. Essas mesmas informações, estabelece a proposta, estarão à disposição do cidadão a que se referem, concedendo-se "habeas data" ao legítimo interessado para assegurar seus direitos. Fica vedada ainda a atribuição de um número único ao cidadão.

RESERVA
Quanto à ordem econômica, o documento propõe que o mercado interno do País integra o patrimônio nacional e deverá ser utilizado "para promover a busca da autonomia tecnológica e a melhoria das condições de vida e trabalho da população" (o artigo facilita o estabelecimento das reservas de mercado em áreas estratégicas). Ele define ainda como empresa nacional aquela cujo capital está permanentemente na mão dos brasileiros "e que, constituída e com sede no País, nele tenha o centro de suas decisões". As empresas que atuam em tecnologia intensiva têm que estar ainda, segundo o artigo, "sujeitas ao controle tecnológico nacional".

As normas de proteção aos trabalhadores estabelecem na proposta a participação nas vantagens advindas do processo de automação, mediante a redução da jornada de trabalho e/ou a distribuição dos benefícios decorrentes do aumento de produtividade; reaproveitamento da mão-de-obra e acesso a programas de reciclagem e participação das organizações de trabalhadores nos processos decisórios relativos à implantação de sistemas de automação, a exemplo do que já acontece em países desenvolvidos e de sindicatos fortes, como a França.

Cabe do Estado, "sem prejuízo da iniciativa privada", prover o desenvolvimento da ciência e tecnologia com o estímulo à pesquisa, à disseminação do saber. Para isso o Estado deverá patrocinar o incentivo às universidades, centros de pesquisa e indústrias nacionais, com a destinação de recursos necessários; e reserva de mercado interno nos casos em que exija "o desenvolvimento econômico e tecnológico", entre outros itens.

Guerreiro quer dívida fiscalizada

"Sou contrário a inserção no futuro texto constitucional de dispositivos específicos sobre a questão do endividamento. Ninguém vai conseguir nada na base do esse é o meu interesse, vocês que se arrumem". A posição é do ex-chanceler brasileiro e atual embaixador extraordinário para Assuntos da Dívida Externa, Saraiva Guerreiro, que prestou depoimento ontem na subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. Saraiva Guerreiro, entretanto, mostrou-se favorável à inclusão na Constituição de disposições gerais, que permitam ao Legislativo a fiscalização e a crítica à política para o exterior e também à opinião pública o acompanhamento do processo, sem que seja tolhida a agilidade dos negociadores da dívida.

Durante os debates, o deputado Paulo Macarini (PMDB-RS), informou ao ex-chanceler que entre os constituintes existe uma tendência no sentido de fixar normas para a condução do problema da dívida externa. Como exemplo, Macarini citou a realização de uma auditoria sobre a origem e legitimidade da dívida e a fixação de um por cento do Produto Interno Bruto como limite máximo a ser pago como serviço. Saraiva Guerreiro acredita que posições assim não refletem exatamente um ato de soberania do País, já que é impossível, na opinião dele, "sermos soberanos sobre os interesses dos outros".

Mas o ex-chanceler, em contrapartida, admitiu ser necessário obter tratamento diferenciado para o problema do endividamento de nações mais ricas e nações subdesenvolvidas. Na sua opinião, uma economia adiantada pode suportar uma recessão, com taxa de desemprego alta, enquanto que em outros países, como o Brasil, a mesma situação representaria falta de trabalho e fome.

O ex-ministro Saraiva Guerreiro frisou que sua função é apenas a de auxiliar na execução de uma política de governo formulada pelo Presidente e pelas autoridades da área econômica, mas ressaltou que pessoalmente pensa que uma conscientização da Nação sobre as fórmulas de condução da questão do endividamento pode auxiliar nas negociações.

Ministro e governador depõem hoje

O governador do Piauí, Alberto Silva, depõe hoje na Subcomissão dos Estados, onde fará a defesa da Federação contra o poder centralizador da União. Já o ministro da Saúde, Roberto Santos, vai defender um modelo para a reforma sanitária, também a partir das 9 horas, na Subcomissão de Saúde e Subordinação Social.

Na Subcomissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, haverá mesa-redonda com a participação de representantes de vários órgãos, entre eles o presidente do DNER, Antônio Canabrava, sobre o tema segurança no trânsito.

O vereador de Belo Horizonte e fundador da Associação Mineira de Paraplégicos, João Batista de Oliveira, presta depoimento da Subcomissão das Minorias. Ele é paraplégico e leva subsídios à Constituinte sobre os deficientes.

Cuidado com o Nordeste

LAVOISIER MAIA

O Nordeste precisa ser encarado sempre como questão nacional. Não se vê, no Nordeste dos dias atuais, um grande projeto federal, que atenda aos nossos reclamos e retemperasse as nossas energias.

Há, isto sim, muita retórica, muita conversa fiada, como dizem os meus conterrâneos. Fala-se muito. Divulga-se muita coisa pela televisão e pelos jornais. Mas fazer algo de verdade, nada! Tudo não val além das entrevistas governamentais, das promessas incumpridas e dos acordos prejudiciais à nossa região.

Apesar de o Nordeste concentrar 40 milhões de habitantes, o que corresponde a 30% da população total do Brasil, 50% dos analfabetos brasileiros estão no Nordeste. Apesar de a região ser rica em petróleo, algodão, minérios, sal e cana-de-açúcar, apresenta a mais elevada taxa de mortalidade infantil — ou seja, 14% —, sendo que 40% do total dos óbitos são de crianças de 0 a 5 anos de idade. A renda per capita é uma das mais baixas do mundo, a distribuição de terras é injusta e a economia continua dependente do Centro-Sul.

A literatura sobre o Nordeste é farta. Desde muito tempo, muitos escreveram sobre a seca, sobre a miséria da região e sobre os seus graves problemas. Todo presidente da República deste país sempre colocou na sua plataforma de governo o Nordeste como prioridade nacional. O Imperador Pedro II, disse, no Ceará, na seca de 1877, que venderia as jóias de sua coroa, mas nenhum nordestino morreria de fome. Já nos albores da Nova República, o falecido Tancredo Neves, confirmando esse entendimento, proclamou, alto e bom som: "Só haverá uma Nova República, quando houver um novo Nordeste".

Com o falecimento do saudoso presidente, assumiu a Presidência da República um nordestino, que já foi governador do Maranhão e que conhece, como ninguém, a problemática nordestina. Mas o que era esperança para todos nós, está se transformando em frustração. Passados mais de dois anos de vida da Nova República, continuamos a sofrer as mesmas vicissitudes. Os programas permanecem no papel, as providências de Brasília não passam de paliativos como no passado. O Nordeste continua a empobrecer-se ilicitamente, sustentando uma organização político-administrativa que sempre lhe foi hostil.

Euclides da Cunha, na sua obra memorável, "Os Sertões", retratou com rara felicidade a personalidade do nordestino. Como ele bem disse, "o sertanejo é antes de tudo um forte". Transfigura-se no primeiro momento do embate, passando de pseudomorto a um corajoso e vigoroso ser humano.

Os nordestinos não suportam mais tanta inverdade, tanta retórica, tanta promessa não cumprida. Receio que o sentimento religioso do povo da minha região, um dia siga outro destino e se transforme num sentimento de vingança e reprobção à insensibilidade do Governo Central.

Nós temos antecedentes. Basta ler a história de Canudos e verificar que um místico cearense, chamado Antônio Conselheiro, liderou fanáticos, os jagunços que enfrentaram o Exército Nacional, no limiar da República.

Tenho medo de que, diante da repetida falta de consideração para com o Nordeste, o povo se revolte e tome atitudes nunca vistas neste país.

O sismo físico já chegou ao meu Estado. Em João Câmara e outras regiões do Rio Grande do Norte, a terra tremeu e ainda está tremendo. Preocupa-se admitir que o resto da Nação venha a tremer diante da frustração suprema dos nordestinos. Faço um apelo ao Senhor Presidente da República, para que se lembre de sua região.

Faço um apelo específico em favor do meu Estado. Peço ao presidente da República, que reative a Alcanorte e instale a refinaria de petróleo no Rio Grande do Norte, pois o nosso Estado é, hoje, o quarto produtor de petróleo do Brasil.

E preciso resistir. Resistir à injustiça; resistir à discriminação; resistir a esse destino cruel que sempre nos quiseram impor.

O Nordeste nunca faltou ao Brasil. O Brasil é que tem faltado ao Nordeste. Vamos cuidar, antes que o vulcão humano, incrustado nas caatingas longínquas, se faça explodir. Vamos pedir a Deus que o Nordeste seja considerado como região de homens e mulheres e não só de pedra, seca, enchente, macambira e xique-xique.

Reconheço que muitos discursos já foram proferidos às custas do Nordeste. Mas, se o problema do Nordeste é político — e isso todos nós sabemos — a solução só poderá ser dada pelos políticos.

Não nos cabe, apenas, criticar o Governo Federal. E preciso que se instaure, urgentemente, uma consciência regional, capaz de mobilizar, como está sendo mobilizada, a nossa bancada de 27 senadores e 151 deputados federais.

A decisão não se encontra, somente, com o Governo. A decisão tem de ser iniciada por nós. A nós cabe a missão histórica de escrever na futura Constituição, uma nova página na vida nordestina: sair do ideal para o real; da promessa para a ação; do discurso para a realidade; da imobilidade para o dinamismo.

Se não conciliarmos as diferenças internas da nossa representação federal, posicionando o Nordeste acima dos nossos interesses e ambições, portanto, exercitando uma postura suprapartidária, jamais teremos força para convencer os outros das nossas intenções e dos nossos ideais.

Este é o apelo que faço, em primeiro lugar, aos parlamentares do Nordeste e, em segundo lugar, aos constituintes do Brasil.

Somente da nossa união dependerá a salvação do Nordeste.

* Senador pelo PDS do Rio Grande do Norte

Cientistas querem mais transparência

Os cientistas brasileiros precisam da garantia de que não participam do processo de fabricação de armas atômicas sem saber o que não acontece hoje com a existência de um programa nuclear paralelo. A posição foi defendida ontem pelo vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, professor Enio Candotti, que juntamente com o professor Ramayanna Gazzinelli, participou de audiência pública na Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. Os dois debateram com os constituintes o programa nuclear clandestino brasileiro e as contas secretas Deita, que visam a dotar o País de "armamentos atômicos inúteis", segundo palavras do presidente da subcomissão, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE). Maurílio informou que esse programa já custou aos cofres públicos mais de 3,5 bilhões de dólares.

O professor Ramayanna Gazzinelli fez um relato dos acordos internacionais e do programa nuclear brasileiro, lembrando que a fabricação de armas está im-



Docente pede Ministério da Defesa

O professor Geraldo Cavagnari, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, defendeu ontem a criação do Ministério da Defesa, e a participação das Forças Armadas na ordem interna somente quando convocadas pelo poder político. Em palestra na subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, ele defendeu também a desmilitarização do Serviço Nacional de Informações e a não inclusão, na nova Carta, de dispositivos sobre a segurança nacional.

A própria Constituição é a doutrina de segurança nacional. E ela que vai dar a segurança ao Estado e à sociedade. O conceito de segurança nacional é mais para planejamento e análise acadêmica do que para constar na Constituição.

Cavagnari afirmou que "o espírito golpista ainda existe no Brasil, e a extrema direita vive em estado permanente de conspiração". E disse concordar com a proposta da Comissão Afonso Arinos que exige, para a atuação das Forças Armadas na ordem interna, uma convocação dos poderes constitucionais.

Delfim luta por quorum parlamentar

Preocupado com a ausência de parlamentares aos debates de alguns dos assuntos mais importantes da Nova Constituição, como a questão da propriedade, papel do Estado, reservas de mercado e monopólios, o presidente da Subcomissão de Princípios Gerais de ordem Econômica, deputado Delfim Netto (PDS-SP), enviou ontem comunicação aos participantes solicitando que comparecessem às próximas sessões.

A decisão foi adotada depois que Delfim Netto suspendeu os trabalhos de ontem, marcados para as nove horas da manhã, por falta de quorum: "Não é possível continuar assim. Quem não quiser discutir nossos temas que procure outra comissão".

Professor propõe resgatar igualdade

"Não se cogita mais hoje se os homens são iguais perante a lei, como dispõe o artigo 153, parágrafo 1º da Constituição brasileira. O que se questiona e analisa hoje em dia são as desigualdades sociais e econômicas. É preciso, portanto, restaurar e resgatar a igualdade constitucional". A observação é do professor de Direito Constitucional da FUC-RJ, Carlos Roberto de Siqueira Castro, que levou ontem suas sugestões à Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, fazendo ampla explanação a respeito do "Princípio Constitucional da Igualdade".

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso, convicção política e condição social ou econômica. Será punido como crime o preconceito de sexo e de raça". Este artigo, sugerido por Carlos Roberto Castro, vem acrescido do parágrafo único: "É dever do Estado promover a igualdade social, econômica e cultural removendo os obstáculos e disparidades que impedem o pleno desenvolvimento da pessoa humana e a efetiva participação de todos os cidadãos e trabalhado-

res na organização política, econômica e social do País".

Ele destacou, dentre as discriminações exercidas no meio social, a que se refere à mulher, em 1933 reconhecida que o século XX será lembrado pelos historiadores futuros como o que "colocou a mulher à tona das preocupações sociais, políticas e econômicas". No entanto, Carlos Roberto Castro acha fundamental que a nova Constituição especifique e deixe explícito, nos princípios de isonomia, a tese de que não é possível haver discriminação em função de sexo, raça e demais questões.

"A grande alteração intelectual, social, política e econômica foi o início da derrubada da separação entre o homem e a mulher", lembra o professor. "Por causa desta mudança de mentalidade todas as Constituições contemporâneas trazem, ao lado do princípio da isonomia, a tese de que não é possível atos discriminatórios em função de sexo, religião, raça, etc. Infelizmente — ressaltou Carlos Roberto — a evolução que se faz no plano jurídico-constitucional não é capaz de reformar a realidade social".

Ceme acha viável a nacionalização

A presidente da Central de Medicamentos (Ceme), Marta Nóbrega Martinez, defendeu ontem a nacionalização da indústria farmacêutica na subcomissão de Saúde. Com números ela demonstrou que existe um espaço que precisa ser ocupado, como também tecnologia. O que falta, afirmou, é decisão política.

Atualmente, 80 por cento do mercado de medicamentos é ocupado por empresas estrangeiras. Defendendo a nacionalização, Marta Nóbrega disse ser imperativa a adoção de medidas governamentais orientadas para a maior participação dos grupos de

capital nacional, privado e estatal, na ocupação do mercado institucional.

Dentre as propostas da Ceme para a nova Constituição destacam-se itens considerados fundamentais pela Ceme que diz que "o poder público assegurará a prestação de assistência farmacêutica a todos os brasileiros".

O órgão propõe ainda que nos setores da economia em que a autonomia tecnológica e industrial ainda não houver atingido grau compatível com as necessidades de desenvolvimento do País, deverá ser dado tratamento preferencial às empresas genuinamente nacionais.